

A DISLEXIA E A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Eliana André Santana¹

Isabel Cristina Rufino²

RESUMO: Este artigo tem como tema: A Dislexia e a Aprendizagem na Educação Infantil, é um artigo voltado para a docência da educação infantil, se propôs falar sobre o contexto da inclusão social como um todo e enfatizou sobre a dislexia, seus sintomas, e as dificuldades que um dislexio apresenta. O objetivo deste artigo foi de desenvolver no professor um olhar mais crítico no que se refere a importância da linguagem para a criança com dislexia, elaborou-se atividades que incluem e estimulam o dislexio a participar de forma integrada com os outros alunos da turma, mostrou que existe obstáculos, mas que podem ser superados, pois a educação é direito de todos e dever do estado e da família promover isto as nossas crianças. Este artigo teve como referencial teóricos, Ianhes, Capovilla, Fonseca dentre outros escritores que defendem a inclusão e tem a mesma visão sobre a dislexia.

1362

Palavras-chave: Inclusão. Dislexia. Docência. Educação. Direito.

ABSTRACT: This article has as its theme: Dyslexia and Learning in Early Childhood Education, is an article aimed at teaching early childhood education, if it proposes to talk about the context of social inclusion as a whole and emphasizes on dyslexia, its symptoms, and the difficulties that dyslexia presents. The objective of this article was to develop in the teacher a more critical view regarding the importance of language for the child with dyslexia, activities were developed that include and encourage dyslexia to participate in an integrated way with the other students in the class, showed that there are obstacles, but they can be overcome, because education is everyone's right and the duty of the state and the family to promote this for our children. This article had as theoretical reference, Ianhes, Capovilla, Fonseca among other writers who defend inclusion and have the same vision about dyslexia.

Keywords: Inclusion. Dyslexia. Teaching. Education. Right.

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, Graduada 2ª Licenciatura em Geografia pela FAVENI, Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Educação Especial pela FAVENI, Especialista em Gestão Pública e Gestão de Pessoas pela FAVENI

² Graduada em Matemática pelo Centro Universitário – UNIVAG, Graduada em Pedagogia pela Braz Cubas Centro Universitário, Especialista em Matemática pelo Centro Universitário – UNIVAG, Especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo realizado com o tema A Dislexia e a Aprendizagem na Educação Infantil. Sua linha de pesquisa é a docência na educação infantil. Este artigo é voltado para esclarecer sobre a importância da inclusão de crianças com necessidades especiais.

A elaboração deste artigo justifica-se porque é um tema de muita relevância diante da realidade vivida por pessoa com este e outros transtornos. É pertinente porque é papel da escola e do professor promover a inclusão de todas as crianças, este é um assunto vem sendo muito divulgado na mídia, no entanto nas escolas ainda é pouco discutido.

O objetivo do mesmo é de fornecer ao máximo informações sobre a inclusão e ainda esclarecer sobre um distúrbio que na atualidade está sendo muito comentado; que é a Dislexia.

Os conteúdos abordados foram com o ímpeto de colaborar com a inclusão, coordenação e equilíbrio das crianças, trabalhou-se os movimentos, músicas, artes visuais.

Para se estabelecer esse ambiente não basta apenas adequações estruturais físicas, a uma necessidade de planejamento pedagógico coerente com a realidade do aluno com NEE; é também a consciência da necessidade de interação social saudável entre alunos/alunos, alunos/professores e alunos/funcionários.

1363

Portanto, para isso ocorrer de forma correta deve se buscar alternativas para produzir a informação sobre as peculiaridades que envolvem a convivência com o aluno PNE, suas capacitações e limitações.

A informação gera o conhecimento que é algo precioso e que colabora em todo segmento social conhecido, inclusive na inclusão social. Informação e conhecimento são, essencialmente, criações humanas, e nunca seremos capazes de administrá-los se não levarmos em consideração que as pessoas desempenham, nesse cenário, um papel fundamental.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. História da Dislexia

A dislexia é considerada um Transtorno Específico da Aprendizagem (TEA). A história da dislexia teve início no ano de 1872, através do oftalmologista alemão Dr. Rudolph Berlin. Veras (2012) revela que outros médicos influenciaram na formação do conceito de

dislexia. Os médicos Pringle Morgan (1896) e Steverson (1907).

No final do século XIX, entre 1890 e 1900, diversos médicos de Inglaterra e Escócia, publicaram alguns artigos em revistas médicas, onde descreviam casos semelhantes ao de Berlin. Os artigos referiam vários casos de crianças que, apesar de apresentarem um nível de inteligência considerado normal, não conseguiam ler nem escrever.

O termo dislexia foi usado primeiramente em Berlim. E posteriormente em 1896 foi publicado no Britian medical journal o caso de um adolescente com incapacidade para ler, mas que se avaliado cognitivamente, deveria ter condições de fazê-lo, essa situação foi chamada de “cegueira verbal”, em 1907 essa mesma terminologia foi mantida no relato de um estudo em uma família de seis casos, apontando para o aspecto genético.

Em 1917 em Hinshelwood o termo novamente reaparece, pois encontraram um paciente que aparentemente tinha uma inteligência normal, porém ele tinha dificuldades no aprendizado da leitura e escrita.

O que fora observado é que as crianças que tinha esses distúrbios tinha sua capacidade de percepção distorcida, pois não compreendiam e nem reconheciam palavras impressas.

Então em busca de resposta para o problema observado chegaram a uma conclusão de que a causa do distúrbio era um defeito no cérebro, e por causa dele, o indivíduo tinha problemas em memorizar as letras.

O auxílio para o reconhecimento da dislexia veio através dos oftalmologistas, eles foram os primeiros que provaram que o problema não estava na visão e sim em outra área do cérebro, a área da linguagem.

Orton em 1928 em pesquisa voltadas para o estudo da aprendizagem e mais precisamente para os distúrbios graves que muitas crianças apresentavam em relação a construção da leitura e escrita, publicou um trabalho clínico que ressaltava as dificuldades e até a incapacidade de algumas crianças em ver as letras de forma correta, pois ao invés disto elas viam as imagens distorcidas e por isso o nome de estrefossimbologia – símbolos invertidos – essa denominação ainda é aceita denominação como um dos principais sinais de diagnóstico da dislexia.

No ano de 1950 foi publicado por Hallgério o primeiro estudo clínico e genético que chamou de dislexia específica e que substituiu o termo cegueira verbal congênita.

Porque a princípio achavam que era um problema de visão. Rotta (2006) faz o resgate

histórico dos estudos sobre o que hoje é chamado de dislexia e aponta que o Dr. Rudolph em Berlim em 1872 foi quem utilizou pela primeira vez o termo dislexia, “Dis” significando dificuldade e “lexia”, palavras.

Segundo Fonseca (1999, p. 35) a dislexia é uma dificuldade duradoura da aprendizagem da leitura e aquisição do seu mecanismo, em crianças inteligentes, escolarizadas, sem qualquer perturbação sensorial e psíquica já existente.

[...] o aprendizado não espera o período escolar para se iniciar. De fato, começa junto com o processo neuromaturacional, que inicialmente está fundido ao aprendizado e paulatinamente vai se separando e individualizando (ROTTA, 2006, p. 65-66).

A Dislexia do desenvolvimento é considerada um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração.

Essas dificuldades normalmente resultam de um déficit no componente fonológico da linguagem e são inesperadas em relação à idade e outras habilidades cognitivas. (Definição adotada pela IDA – International Dyslexia Association, em 2002. Essa também é a definição usada pelo National Institute of Child Health and Human Development – NICHD).

1365

Em 2003, a Associação Internacional de Dislexia, surge com uma nova definição, que é atualmente aceita por toda a comunidade científica, isto é, a dislexia.

[...] uma incapacidade específica de aprendizagem, de origem neurobiológica. É caracterizada por dificuldades na correção e/ou fluência na leitura de palavras e por baixa competência leitora e ortográfica. Estas dificuldades resultam de um Déficit Fonológico, inesperado, em relação às outras capacidades cognitivas e às condições educativas. Secundariamente podem surgir dificuldades de compreensão leitora, experiência de leitura reduzida que pode impedir o desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos gerais.” (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DISLEXIA, 2003, p. 34).

Há índices que apontam que 15% da população mundial é disléxica, por isso nas últimas décadas tem crescido substancialmente o interesse público por esse distúrbio de aprendizagem específico. Segundo a Associação Brasileira de Dislexia (2010, p 19) a dislexia é definida como um distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área da leitura, escrita e soletração, sendo o distúrbio de maior incidência nas salas de aula. No geral, a dislexia provoca uma desordem da linguagem porque impede as relações entre a linguagem auditiva e a linguagem visual, ou seja, a linguagem receptiva e expressiva.

Mais importante do que definir dislexia e sua etiologia, no sentido de uma rotulação, é diagnosticá-la e tratá-la de modo adequado, a partir de seus sintomas, direcionando a intervenção de forma particular e procurando investigar o seu significado em cada caso (CAPOVILLA, 1998. p. 364).

A dislexia apresenta alguns sintomas de significados mais relevantes, isto acontece em todas as idades de um modo geral em pessoas com dislexia. E isto de uma forma geral, Segundo Rotta e Pedroso, “em alguns casos, os pais e professores pensam em falta de atenção, uma vez que, por apresentar dificuldades a criança perde o interesse” (2006, p. 159).

1 - Um atraso na aquisição das competências da leitura e escrita;

2 - Confusão entre letras, sílabas ou palavras com diferenças subtis de grafia (a-o; c-o; e-c; f-t; h-n;...); confusão entre letras, sílabas ou palavras com grafia similar, mas com diferente orientação no espaço (b-d; d-p; b-q; d-q;...); inversões parciais ou totais de sílabas ou palavras (me-em; sal-las.);

3 - Substituição de palavras por outras de estrutura similar, porém com significado diferente (saltou-salvou);

4 - Adição ou omissão de sons, sílabas ou palavras (famosa - fama; casaco - casa,);

5 - Leitura silábica, hesitante e com bastantes incorreções;

6 - Problemas de compreensão semântica;

7 - Ilegibilidade da escrita, letra rasurada, presença de muitos erros ortográficos e redação com ideias desordenadas e sem nexos.

8 - Leitura pode surgir em espelho;

9 - Baixa compreensão leitora;

10 - Erros ortográficos (naturais ou arbitrários);

11 - Outros sintomas que podem estar associados são:

A dificuldade de memória em curto prazo, problemas ao nível da motricidade fina, problemas na percepção viso-espacial, problemas na organização espaço-temporal, déficit de atenção com ou sem hiperatividade, desorganização e pouco empenho no trabalho.

Doutor Drauzio Varella em seu site, afirma que sintomas variam de acordo com os diferentes graus de gravidade do distúrbio e tornam-se mais evidentes durante a fase da alfabetização. Entre os mais comuns encontram-se as seguintes dificuldades;

- Para ler, escrever e soletrar;
- De entendimento do texto escrito;
- Para identificar fonemas, associá-los às letras e reconhecer rimas e aliterações;
- Para decorar a tabuada, reconhecer símbolos e conceitos matemáticos (discalculia);

- Ortográficas: troca de letras, inversão, omissão ou acréscimo de letras e sílabas (disgrafia);
- De organização temporal e espacial e coordenação motora.

Se pensarmos que todos os sujeitos são normais, onde entra a “anormalidade” aquele que não consegue aprender. Aparecem os medos e a incapacidade do educador que se vê diante da norma rompida, ou seja, “a norma, portanto, marca a existência de algo tomado como o ideal e que serve para mostrar e demarcar aqueles que estão fora da curva da normalidade, no desvio que deve ser corrigido e ajustado” (THOMA, 2005, p. 1).

A Dislexia quase sempre se apresenta no final da alfabetização e no início da vida escolar. Como muitos profissionais de educação e saúde possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre a dislexia associam as falhas de escrita e a dificuldade; à preguiça ou desinteresse.

Porém, Clélia Estill, fonoaudióloga e psicopedagoga da Associação Nacional de Dislexia relata que nem toda dificuldade de aprendizagem é dislexia. No ambiente escolar, cabe ao professor ter a sensibilidade para perceber que algo não está bem. Cabe a ele apresentar o caso a coordenação pedagógica e, principalmente aos pais.

Sintomas da dislexia na primeira Infância;

- Dispersão
- Falta de atenção
- Atraso da fala e linguagem
- Dificuldade em aprender rimas e canções
- Atraso na coordenação motora
- Falta de interesse por livros.

Sintomas na idade escolar

- Dificuldade na aquisição e automatização da leitura e escrita
- Desatenção
- Dispersão
- Dificuldade em copiar de livros e lousa
- Desorganização geral (dificuldade em manusear mapas, dicionários)
- Dificuldade em ler em voz alta e compreender aquilo que foi lido
- Baixa estima.

- Como a Dislexia se apresenta de acordo com a faixa etária criança;

Dos 3 aos 6 anos

- Falar como um bebê;
- Dificuldade em reconhecer as letras que formam seu nome;
- Dificuldade em lembrar nome de letras, números e dias da semana;

Dos 6 aos 7 anos

- Dificuldade na divisão silábica;
- Não consegue ler palavras monossilábicas;
- Memoriza textos sem compreendê-los;
- Reclama que ler é muito difícil.

Dos 7 aos 12 anos

- Erros constantes de leitura e dificuldade para interpretar textos;
- Usa palavras vagas como “coisa”;
- Desorganização na escola e em casa;
- Dificuldade nos ditados e ao copiar;
- Não consegue terminar as provas;
- Medo de ler em voz alta;
- Dificuldade em seguir instruções verbais e impressas;
- Problemas de conduta por não conseguir realizar as atividades escolares;
- Imaturidade e problemas de autoestima.

12 anos em diante

- Escrita descuidada, desordenada e incompreensível;
- Confundir instruções verbais e sequências, como por exemplo, números de telefone;
- Interrupção das atividades;
- Dificuldade para aprender idiomas;
- Baixa estima

Diagnóstico de Dislexia

O diagnóstico é sempre feito por uma equipe multidisciplinar, que envolve profissionais de:

- Neurologia
- Neuropsicologia
- Fonoaudiologia
- Psicopedagogia.

A dislexia está classificada em três etapas: (Moojen e França, 2006, p. 169-170).

Dislexia fonológica mostra que apesar de boa audição e de boa articulação da fala, pode haver problemas de discriminação e consciência fonêmicas que prejudicam severamente a aquisição de leitura e escrita alfabéticas competentes. Ou seja, “os problemas residem no conversor fonema grafema e/ou no momento de juntar os sons parciais em uma palavra completa. As dificuldades fundamentais residem na leitura de palavras não familiares, sílabas sem sentido ou pseudopalavras, mostrando melhor desempenho na leitura de palavras familiares.

Dislexia lexical ocorre quando há imprecisão de coordenação viso espacial manifestando-se na confusão de letras com semelhança gráfica. “Os disléxicos leem 1369 lentamente, vacilando e errando com frequência, pois ficam escravos da rota fonológica, que é morosa em seu funcionamento”.

Dislexia mista os disléxicos apresentam nesse caso os dois tipos de dislexia, fonológica e lexical, se tornando assim mais grave. Sendo assim, “apresentam problemas para operar com a rota fonológica quanto com a lexical, exigindo um esforço ainda maior para atenuar o comprometimento das vias de acesso ao léxico”.

A dislexia apresenta sintomas diferenciados de outros distúrbios, sendo eles: os sintomas mais comuns da dislexia são: Desempenho inconstante; Demora na aquisição da leitura e da escrita; Lentidão nas tarefas de leitura e escrita, mas não nas orais; Dificuldade com os sons das palavras e, conseqüentemente, com a soletração; Escrita incorreta, com trocas, omissões, junções e aglutinações de fonemas; Dificuldade em associar o som ao símbolo; Dificuldade com a rima (sons iguais no final das palavras) e aliteração (sons iguais no início das palavras); Discrepância entre as realizações acadêmicas, as habilidades linguísticas e o potencial cognitivo; Dificuldade em associações, como, por exemplo; associar os rótulos aos seus produtos; Dificuldade para organização sequencial, por exemplo, as letras do alfabeto, os meses do ano, tabuada etc.; Dificuldade em nomear objetos, tarefas, etc.; Dificuldade em organizar-se com o tempo (hora), no espaço (antes e depois) e direção (direita e esquerda); Dificuldade em memorizar números de telefone, mensagens, fazer anotações, ou efetuar alguma tarefa que sobrecarregue a memória imediata; Dificuldade em organizar suas tarefas; Dificuldade com

cálculos mentais; Desconforto ao tomar notas e/ou relutância para escrever;
Persistência no mesmo erro, embora conte com ajuda profissional (IANHEZ;
NICO, 2002, p. 26-27).

Independentemente de ser dislético ou não a criança tem o direito de ser amada e respeitada, este respeito tem início na família e tem que repercutir na escola também.

Esta criança deve ser inserida de forma inclusiva na escola por quê; O direito a educação deve fazer parte da vida de todos; a constituição afirma que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Para uma educação de qualidade para todos entre outros fatores, entende-se a atribuição de novas dimensões da escola no que consiste não somente na aceitação, como também na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais e o respeito do aprender e construir, conforme define a Declaração de Salamanca;

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (SALAMANCA, 1994, p. 8-9).

Dessa maneira, os indivíduos eram aceitos na sociedade se fossem capazes de contornar os obstáculos existentes no meio físico, lidar com atitudes discriminatórias resultante da aparência física, preconceitos, e de desenvolver papéis sociais com autonomia e independência (MUNSTER & ALMEIDA, 2006). 1370

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, garante que a educação nacional tem como abertura a igualdade de acesso e permanência do aluno na escola, onde aprendera a pesquisar, divulgar arte, cultura e saber, respeitando as diferenças individuais e valorizando os profissionais e as experiências dos alunos.

Os encontros internacionais deram origem às seguintes declarações: a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948); Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); e a Declaração de Salamanca 1994.

A Lei n. 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) garante aos portadores de necessidades especiais os seguintes direitos nos artigos citados abaixo:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais.

— I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

- II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora (BRASIL, 2005, p. 18).
- No ECA especificamente no Art. 53 assegura que criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes:
 - I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL,1990, p. 14

As políticas públicas com as pessoas com NEE , precisam garantir os direitos da inclusão social através do atendimento de qualidade na educação. A inclusão é uma proposta de intervenção pela legislação em vigor, que deve ser cumprida pela sociedade.

No entanto a educação integrada dava ao aluno PNE a responsabilidade pelo romper os obstáculos e as dificuldades dentro da instituição de ensino e o incluía, sem diferenças, num currículo comum. Tal procedimento acabou por promover o oposto do objetivo almejado, uma vez que nem todos eram capazes de se adaptar às normas do colégio de ensino regular sem ser acompanhando adequadamente. Como todos os alunos, a criança disléxica reagirá a elogios e encorajamentos. “O reconhecimento das dificuldades da criança e um acompanhamento adequado permitirão que a criança acompanhe a classe, sem prejuízo do seu rendimento e evitarão prejudicar seu desenvolvimento emocional”.

A Dislexia pode ser mais nociva para as classes menos favorecidas, pois enquanto as famílias ricas podem levar seus filhos a um psicólogo, a um neurologista ou psicopedagogo, uma criança de família pobre, que estuda em escola pública, tende a sentir os sintomas da discriminação e as dificuldades inerentes ao distúrbio persistirem ao longo dos tempos, criando transtornos de linguagem na fase inicial, e, tardiamente, na fase adulta. (ALVES, FERREIRA, E FERREIRA, 2014, p. 5).

O desafio do procedimento de inclusão é algo igualmente desafiador para os alunos quanto para o professor. Independentemente do número de obstáculos desse processo nenhum é intransponível, todos podem ser superados pela formação de consciência da humanidade acerca das possibilidades humanas.

Sasaki (1997) aconselha sucessivos esclarecimentos públicos, aos alunos, familiares e professores das escolas comuns e especiais e, às autoridades. Faz parte do Papel da escola organizar e disponibilizar recursos para retirada de obstáculos que impossibilitam a aprendizagem de alunos portadores de deficiência, mediante a necessidade de apoio diferenciado que possuem e estão disponíveis comumente na educação escolar.

De acordo com a autora supracitada, para concretizar os desafios e objetivos da rede educacional, ela deve se direcionar e centrar-se nos quatro pilares básicos da educação “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser” (SANCHEZ, 2005, p. 10).

Entretanto, é percebido que a educação inclusiva se condensa através da socialização e aprendizado, trabalho em equipe e conhecimento “condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável” (BRASIL, 2001, p. 17).

No processo de inclusão, a instituição e os professores demandam tanta atenção quanto a criança (CAMARGO; BOSA, 2009). Na inclusão é o sistema educacional e social que deve adaptar-se para receber a criança. “No processo da aprendizagem utilizamos sistematicamente a Função Executiva, já que se faz necessário utilizar as informações e procedimentos já aprendidos, adaptando-os às novas situações a serem resolvidas” (BELISÁRIO JÚNIOR; CUNHA, 2010, p. 17).

Soares (2010) ainda destaca que além de alguns acontecimentos em favor da inclusão do deficiente, ocorreu a organização de congressos internacionais importantes para se discutir ações em favor dos portadores de necessidades especiais. Desses congressos três, declarações fundamentais foram divulgadas, que aprovaram conquistas para todas as pessoas, independente de terem ou não alguma deficiência, seja ela motora, sensorial, intelectual.

No processo de inclusão de aluno com necessidades especiais o papel do professor da escola é de extrema importância porque são suas a função de inserir este aluno especial em uma classe regular de ensino e não separá-lo em uma sala a parte pois isto é fundamental para a integração social do aluno com necessidade especial, para que interação e socialização de fato aconteça dentro do ambiente escolar.

Compete ao professor elaborar atividades inclusivas para que a turma toda faça as atividades juntas reforçando desta forma o elo de amizade e inclusão que é fundamental para o desenvolvimento deste aluno.

2.2. Processo de desenvolvimento do Projeto de Ensino

2.2.1. Tema e linha de pesquisa

O tema deste Projeto de Ensino é A Dislexia e a Aprendizagem na Educação Infantil, sua linha de pesquisa é voltada para a docência da educação infantil.

2.2.2. Justificativa

O trabalho enfatizou como é importante a linguagem para o desenvolvimento de um modo geral da criança, enfatiza o lado social, emocional e cognitivo da criança. O trabalho demonstra sintomas e características que vão auxiliar o professor em perceber o possível aluno disléxico na sua turma. Destacou sobre inclusão e método de trabalhar com a criança disléxica.

2.2.3. Problematização

A problemática é como inserir e fazer com que o aluno disléxico participe aprenda nas aulas de escolas regulares.

2.2.4. Objetivos

2.2.4.1. Geral

Este trabalho visa uma prática educativa de intervenção, no qual o professor vive diariamente dentro das escolas de educação infantil a respeito da inclusão de crianças com necessidades especiais, procurou possibilitar ao professor adquirir um olhar diagnóstico e mais crítico.

2.2.4.2. Específicos

- Promover a inclusão das crianças com necessidades especiais;
- Conscientizar e promover reflexões sobre a diferença da ação educativa;
- Demonstrar práticas simples que podem incluir a criança com dislexia.

2.2.5. Conteúdos

- Artes Visuais;
- Músicas;
- Movimento.

2.2.6. Processo de desenvolvimento

O desenvolvimento será mediante músicas, brincadeiras, pintura.

1 - Vamos brincar de escrever de forma diferente?

Objetivo; Desenvolver a memória visual.

Materiais Utilizados;

- Massinha de modelar
- Argila.

Com a massa de modelar ou a argila fazer letras do alfabeto, cada aluno fazer a primeira letra do seu nome. Nesta hora o professor deve associar a letra do nome da criança a objetos conhecidos; Ex; Paula começa com a letra P, pato também,

1374

2 - Jogo do Coelho esperto.

Objetivo; desenvolver a prática a coordenação motora, atividades que envolva o atirar objetos, chutar, capturar, saltar para trabalhar o equilíbrio.

- Materiais Utilizados;
- Arco;
- Bolas;
- Cordas;
- Apitos;
- Chocalho;
- Traves de gol;

O professor deve organizar num espaço aberto como quadra ou pátio, desafios motores variados, criar um circuito com arcos no chão ,cordas bem esticadas no chão, no final do circuito que foi realizado e zig-zag ,chutar bolas no gol, o professor deve

bater palmas ,tocar apito ,usar chocalhos, fazendo sons e pedir aos alunos que o emitem, sempre que um aluno terminar o circuito ,ele vai juntar-se aos demais e o próximo vai ,assim até ir o ultimo aluno da turma .

3 - Caixa Mágica

Objetivo; trabalhar o reconhecimento de letras e a concentração.

Materiais Utilizados;

- Letras Coloridas de EVA;
- Gravuras de objetos com seu nome colado em cartolina,

Colocar os cartazes no chão espalhar as letras e pedir que os alunos procurem as letras e vão juntando até formar o nome do objeto das gravuras. Ex; letra B (bala), A (arara), C (casa), etc. Neste exercício trabalhe-se por associação.

4 - Cantigas de rodas

Objetivo; trabalhar a concentração a fala e a interação social do disléxico.

O professor deve fazer um círculo e cantar cantigas para explorar a repetição e os movimentos, pode se trabalhar a música; Hoje é Domingo (brincadeira cantada), Fui ao Itororó, escravos de jó, ambas devem ser cantadas por todos para que desta forma o aluno com dislexia trabalhe sua linguagem.

5 - Obras de arte

Objetivo; desenvolver o lado artístico de cada criança, explorar a criatividade.

- Materiais Utilizados;
- Tesoura;
- Cola;
- Cartolina;
- Gravuras
- Papeis coloridos.
- Canetinhas
- Barbante;

- Prendedor de roupa;

Entregar desenhos impressos para as crianças colarem pedaços de papel colorido até cobrir todo o desenho, dependurar no varal para secar, devolver ao aluno para que este contorne com canetinha o seu desenho, para trabalhar ainda mais sua coordenação motora, depois de pronto promover a exposição dos trabalhos dentro da sala ou no mural da escola.

2.2.7. Tempo de realização

ATIIVDADES	Horas trabalhadas	2 ^a feira	3 ^a feira	4 ^a feira	5 ^a feira	6 ^a feira
Vamos brincar de escrever de forma diferente?	2 horas diária	Blue	Grey	Brown	Green	Blue
Jogo do Coelho esperto.	2 horas		Brown			
Caixa Mágica	2 horas			Grey	Brown	Orange
Cantigas de rodas	30 minutos	Brown	Orange		Grey	
Obra de arte	2 horas			Green		
Atividades de rotina	1 hora	Grey				Brown

2.2.8. Recursos humanos e materiais

- Massinha de modelar
- Argila.
- Arco;
- Bolas;
- Cordas;

- Apitos;
- Chocalho;
- Traves de gol;
- Letras Coloridas de EVA;
- Gravuras de objetos com seu nome colados em cartolina;
- Tesoura;
- Cola;
- Cartolina;
- Gravuras
- Papeis coloridos.
- Canetinhas
- Barbante;
- Prendedor de roupa;

2.2.9. Avaliação

1377

A avaliação será de forma diagnóstica individual, avaliando a percepção, concentração atenção, coordenação motora, agilidade, equilíbrio.

CONCLUSÃO

O professor/pedagogo no processo de inclusão através dos jogos e das brincadeiras poderá sem sombra de dúvida fazer com a criança dislexia se sinta segura e com isto ela vai ter mais facilidade para aprender, estas dificuldades poderão ser sanadas, desde que o aluno seja estimulado durante o processo do ensino de aprendizagem usando métodos lúdicos como forma de inclusão social. Atualmente é bastante usado nas escolas visto que é um direito da criança de brincar.

Citada na Constituição Brasileira de 1988, no estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 1998 e no Plano Nacional de Educação nº de 2011.

Cabe também ao professor ensinar seus alunos a serem receptivos com os colegas

que tenham alguma necessidade especial, embora isto seja algo que quase sempre acontece de forma espontânea “a receptividade de uma criança por outra é um fenômeno natural” (CHATEAU, 2004, p. 48).

É necessário ainda ensinar estas crianças de que são pessoas como todas as outras com qualidades e defeitos e com isso fazer com que elas se aceitem como são e aceitar as outras pessoas também sem querer mudar algo que não se encaixa em seus padrões. Projeto realizado com a finalidade de conscientizar o professor da educação infantil que a inclusão é direito da criança e dever da escola e sociedade de um modo geral.

REFERENCIAS

CAPOVILLA, Fernando César; GONÇALVES, Maria de Jesus; MACEDO, Elizeu Coutinho. **Tecnologia em (Re)habilitação cognitiva**. São Paulo: EDUNISC, 1998. p. 416.

CAPOVILLA, Fernando César. **Neuropsicologia e aprendizagem: uma abordagem multidisciplinar**. 2. ed. São Paulo: Memnon, 2004.

CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. Tradução de Guido de Almeida. São Paulo: Summus, 1987.

FONSECA, Victor. **Insucesso escolar: Abordagem psicopedagogia das dificuldades de aprendizagem**. Âncora Editores, 2009. p. 35.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 44.

IANHEZ, Maria Eugênia. NICO, Maria Ângela. **Nem sempre é o que parece: como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

JARDINI, Renata Savastano. **Método das boquinhas: alfabetização e reabilitação da leitura e escrita**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. **Transtornos da Aprendizagem- Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, p. 151-164, 2006.

SHAYWITZ, Sally. **Entendo a dislexia: um novo e completo programa para todos os níveis de problemas de leitura**. Tradução de Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MOUSINHO, R. **Desenvolvimento da Leitura, Escrita e seus Transtornos**. In. GOLDFELD, M. **Fundamentos em Fonoaudiologia - Linguagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. **Transtornos da Aprendizagem- Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, p. 151-164, 2006.

SHAYWITZ, Sally. **Entendo a dislexia: um novo e completo programa para todos os níveis de problemas de leitura**. Tradução de Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Associação Brasileira de Dislexia. Disponível em <http://www.dislexia.org.br> outubro-2010. Acesso em 09/03/2022.

Dislexia – Distúrbio de linguagem. Disponível em <http://drauziovarella.com.br>. Acesso em 09/03/2022.

<http://www.dislexia.org.br/o-que-e-dislexia/>. Acesso em 09/03/2022.

<https://www.eusemfronteiras.com.br/dislexia-o-que>. Acesso em 09/03/2022.

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/projeto-de-intervencao-inclusao-escolar-de-portadores-de-necessidades-especiais/58606>-Acesso em 09/03/2022.

<https://www.metododasboquinhas.com.br/DicasSaladeAula.aspx>. Acesso em 09/03/2022.

<https://www.minhavidacom.br/saude/temas/dislexia>. Acesso em 09/03/2022.